

RESGATES E RESSONÂNCIAS: UMA *BEAUVOIR* TUPINIQUIM

Zahidé Lupinacci Muzart
UFSC/CNPq

Já é corrente afirmar-se que o Brasil é um país sem memória. Quando vejo a candidatura de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo, depois de tantos e recentes escândalos, penso que a memória é realmente crucial, até para a cidadania. E na história das mulheres, assim como em qualquer história, a memória é o ponto fulcral. Por outro lado, segundo o Aurélio, *Resgate* é “1. Ato ou efeito de resgatar(-se). 2. A quantia necessária ao resgate de escravo, prisioneiro. 3. Libertação, livramento. 4. Salvamento”. Resgatar: Livrar de cativo, de seqüestro etc., a troco de dinheiro ou de outro valor; remir, liberar: Retomar, recuperar.

O GT *A mulher na literatura* tem atualmente, entre outras linhas, uma linha forte de pesquisa que é a do *resgate*. Ao resgatar, ou seja, ao livrar do seqüestro e do cativo as vozes femininas silenciadas/esquecidas, nossos trabalhos se configuram como “atos de resistência à violência ideológica de premissas geradas nos quadros de referência hegemônica de nossa cultura.”¹ Dadas as dificuldades da pesquisa no Brasil — e sobre isso eu poderia discorrer um bom tempo — e o perigo do desaparecimento dos acervos, esse trabalho de resgate toma ares de pesquisa arqueológica.

Essa linha de pesquisa no nosso GT tem de fato resgatado muitos livros de escritoras brasileiras totalmente ignorados pelas histórias literárias e lançado edições fidedignas, estudos comparativos entre escritoras brasileiras, ou entre brasileiras e estrangeiras da mesma época, além de estudos comparativos entre escritores canônicos e mulheres de fora dos cânones.² A bibliografia acumulada pelo GT, incluindo artigos, ensaios, estudos biográficos, antologias, dicionários e compilações, junto com as memórias de seus constantes encontros, em diferentes lugares do país, constitui um acervo substancial.

O livro *Escritoras brasileiras do século XIX*, escrito a muitas vezes e com essa finalidade, obteve grande apoio da mídia. Os principais jornais deram um espaço muito grande ao livro, e também algumas revistas como *Época*, *Marie Claire* e *Caros Amigos* além de algumas emissoras de rádio e televisão. Os artigos são assinados, a maioria, por mulheres, mas houve alguns também de homens como Paulo Bezerra e outros. Entre os “masculinos” cabe destacar o do crítico Wilson Martins a quem enviei o livro e de quem esperava uma reação parecida com a que teve. Por isso, ri muito quando li seu artigo “Cidade das mulheres” em *O Globo*, do qual reproduzo a fala inicial:

Qualquer asqueroso machista que decidisse compor uma antologia para demonstrar a aflitiva mediocridade do que deixaram as escritoras esquecidas — e, por isso mesmo, mercidamente esquecidas — chegaria ao mesmo resultado de ZLM, que organizou a sua, com propósitos exatamente opostos. O espírito crítico das feministas é dominado pela teoria conspiratória: os homens uniram-se através dos séculos para ignorar o valor, os nomes e as obras das escritoras.

¹ Rita Schmidt. Prefácio a *Mulheres e literatura: (trans)Formando identidades*. Porto Alegre: UFRGS, 1997

² No livro organizado por Susana Bornéo Funck, *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*, fruto de trabalho coletivo do GT, já havia vários trabalhos nessa linha.

Busco apoio nas palavras de Roberto Reis, segundo as quais a própria noção de literatura é inextricavelmente ligada ao exercício do poder, de modo tal que “nossa história literária contenha poucas criações que dêem voz, de modo exemplar e sem preconceitos e paternalismos, a outros setores da sociedade que não seja o hegemônico.”³ Assim, as mulheres não tiveram guarida no cânone por critérios outros, que passam por questões de gênero, e o artigo de Martins é o protótipo dessa atitude a-crítica, apriorística, dos defensores do cânone. Martins de fato não examinou, não criticou os textos, não os leu, na verdade, obscurecendo seu julgamento por puro preconceito machista, e por pré-conceitos historiográficos e estéticos. Além disso ele incorre em erro de referência histórica — o feminismo não foi inaugurado por Salomé, que na verdade não tinha idéias próprias, tendo sido intimada a pedir a cabeça de João Batista por sua mãe, a feroz Herodíades — e cai naquele típico reducionismo que identifica a mulher ao corpo feminino: ele conclui sua crítica a *Escritoras brasileiras do século XIX* dizendo que a mulher “pressurosamente acorria” ao leito de grama de Salomão obedecendo a um simples estalar de dedos. Comentários desse tipo nunca apareceriam num artigo seu sobre livro escrito por homem. Ou seja, misturando compartimentos em geral separados, cama e biblioteca, além de não ter lido o livro, o “crítico” mostra que, quando se trata de mulheres, o negócio para ele é só um, o interesse é único e primordial, aquele de sempre: trepar!

Assim, o projeto de resgate é antes de tudo um projeto feminista e, portanto, político.

Francine Masiello, em *Las políticas del texto*, pergunta-se “Cuál es la relación entre la literatura y la sociedad civil. Como entra la política en el texto.” O que a preocupa não é estudar o papel da literatura na construção da nação, mas o papel da literatura no entendimento de nossa experiência comum, na compreensão do passado e na abertura de caminhos que conduzam a futuras ações sociais. Em nosso caso, ainda enfrentamos os mesmos preconceitos de nossas avós. A literatura é a masculina. As feministas — históricas insatisfeitas, como se lê em Wilson Martins — e a crítica literária feminista, uma posição redundante e estreita.

Nosso projeto pessoal, embora calcado nos assim chamados Estudos da Mulher e no feminismo, filia-se também aos critérios (1) da Ecdótica, já que resgatamos, estabelecemos e reproduzimos textos quase sempre a partir de primeiras — e únicas — edições; (2) da História Literária, já que sugerimos a inserção dessas escritoras no cânone; e ainda (3) da Literatura Comparada, já que na maior parte dos casos estabelecemos comparações com os autores canônicos.

Nós nos contentamos em realizar uma pesquisa historiográfica séria e útil, com o estabelecimento de objetivos viáveis, de acordo com nossa formação em letras. Ainda nos preocupa a formulação de uma historiografia feminista, cuja prospecção arqueológica é o primeiro passo. Não será possível teorizar no vazio. Esse trabalho de formiga é o de embasamento para um estudo das causas da marginalização da mulher. Somente com a realização dessa parte, e então com tais fundamentos, será possível avançar na discussão da lógica dos processos de exclusão e marginalização nas culturas literárias. Aí então poderemos revisar conceitos e pressupostos tradicionais da crítica, bem como questionar os pontos de partida, métodos, categorias e divisões da historiografia literária tradicional.

Quando fizemos o mapeamento do século XIX, ficamos surpresas com a grande quantidade de escritoras. Ao desejarmos ressuscitá-las, tínhamos outros objetivos, cuja filiação está nos estudos de gênero. Ao examinarmos a obra de um canônico, Casimiro de

³ REIS, Roberto. Cânon. JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 71.

Abreu por exemplo, não encontrávamos razões estéticas para que ele figurasse em todos os manuais e histórias da literatura brasileira, enquanto poetas como Júlia da Costa, Adélia Fonseca e Ildefonsa Laura César estivessem ausentes. Acredito que Harold Bloom tenha razão quando fala de “obras de época”, sempre datadas e sem perenidade. Mas por que razão somente as “obras de época” femininas ficarão enterradas?

No século XIX, a Igreja Católica no Brasil (e suponho também nos outros países da América Latina), com seu veto às obras de conteúdo “forte”, de cunho moral inaceitável, segundo seus dogmas e preceitos, impediu muitas mulheres que escreveram constantemente, de fazerem progressos na arte literária. Teve nisso um grande papel Frei Pedro Sinzig, que em seu livro de 1925 analisa escritoras como Ancilla Domine ou a baiana Amélia Rodrigues, que sofreram o peso desse veto.⁴

Tentamos fazer uma revisão da historiografia, entender e denunciar seus critérios de exclusão e retirar das margens do cânone escritoras que, seguramente, poderão ser analisadas segundo os mesmos critérios de valor estético aplicados para os escritores canônicos. Nesta fase do projeto, já não se trata de provar que as escritoras também existiram no século XIX, mas de fazer uma seleção, segundo critérios literários mais severos. Uma vez realizada a primeira varredura para descobrir em baixo de muito machismo as mulheres do século XIX, trata-se agora de fazer um estudo mais acurado dessa literatura, reproduzindo somente o que achamos de melhor qualidade, já que são muitas as escritoras e com uma produção abundante. Gostaríamos de, estudando essas escritoras em seus textos, reconhecer-lhes a legitimidade dentro da História Literária, mesmo que julgadas por critérios estéticos masculinos.

O século XIX é o século da literatura no mundo, e no Brasil não foi diferente. A literatura exercia como nunca sua função social: os escritores eram respeitados, as conferências literárias eram um acontecimento social. A vivência da literatura — privilégio das classes mais altas — constituía uma importante vertente de lazer e cultura da qual as mulheres não estavam excluídas, como leitoras, como ouvintes, como assistentes, nos salões e teatros. Mas o outro lado, o de quem produz literatura, que já beirava o profissionalismo, deste a mulher esteve excluída por preconceito, e por extensão pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa. Apesar desses impedimentos, no entanto, sabemos que a Inglaterra, por exemplo, deve à mulher o nascimento do romance, no século XVIII. No Brasil, esse percurso para as mulheres foi mais difícil. A literatura serviu de válvula de escape do confinamento em que viviam. Algumas tiveram consciência já da literatura como profissão, tais como Nísia Floresta, que escreveu romances, diários, cartas, poemas, sempre com objetivo de publicação; Maria Benedita Bormann, que tematizou a mulher escritora no romance *Lésbia*; e ainda Inês Sabino, que mostrou alta consciência de suas possibilidades literárias e da importância de preservar os nomes das outras escritoras, em *Mulheres illustres do Brasil*. Mas foram poucas as que puderam buscar essa realização profissional.

Os processos de canonização são estudados por vários autores e pela crítica e teoria contemporâneas. Na verdade, muito além de um tema recorrente da crítica de hoje, o cânone é um tópico feminista dominante, crucial para nosso trabalho, linha de força do GT “A mulher na literatura”. A frase de Antonina Rodrigo,⁵ que usamos em epígrafe, *Mira, Montserrat, si no hablamos nosotras de nosotras, quién lo va a hacer?*, é sempre muito pertinente para nós. Desde os primeiros periódicos feministas havia um programa de luta pelos

⁴ SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1925. V. Aparecida Paiva. *A voz do veto: a censura católica à leitura de romances*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

⁵ RODRIGO, Antonina. *Mujeres para la Historia: la España silenciada del siglo XX*. Madrid: Compañía Literaria, 1996, p. iij (Prólogo).

direitos da mulher. Tais ideais estiveram presentes nos textos de mulheres brasileiras desde essa época. O curioso é que ainda continuassem a freqüentá-los na primeira metade do século XX.

Como estudo de caso, trago-lhes o nome da feminista Mariana Coelho, uma portuguesa que viveu toda sua vida no Brasil, aqui lecionou por muitos anos e participou da vida cultural de Curitiba, onde morou.⁶ Professora, diretora de escola, deixou vários livros: contos, ensaios de história literária, ensaio sobre o feminismo e tradução. O livro *Paraná mental*, que traz a história literária de seu estado de adoção, mereceu medalha de prata concedida pelo júri (masculino) do Distrito Federal (Rio de Janeiro) na Exposição Nacional realizada em 1908.

Na prosa Mariana Coelho foi sobretudo doutrinadora, como o provam seus vários textos de teor combatente. Esporadicamente cultivou a poesia. Foi uma trabalhadora incansável, uma feminista respeitável. Pacifista e adepta das idéias socialistas. Em meio às ameaças e aproximação da segunda Guerra Mundial, ela escreveu um discurso de tom apaixonado que não perde muito de sua atualidade quando fala da violência e dos suicídios entre os jovens. Sua poesia, toda publicada no final do século XIX, expressa sentimentos que tendem mais ao amor universal do que ao amor romântico. Cria uma metáfora, o *mar de amor*, que representaria o amor à Humanidade, o desejo do progresso humano condicionado à aquisição da cultura, da instrução.

No resumo para esta mesa eu a chamei de beauvoir tupiniquim. Ela deixou um livro *A Evolução do Feminismo: Subsídios para a sua história*, publicado em 1933, trabalho alentado, de mais de 500 páginas, de grande erudição, configurando-se mais como uma tese na área de História, em que ela faz um retrospecto do movimento feminista em todos os países do ocidente. Traz dados importantes e o registro de muitas mulheres que se notabilizaram na luta por seus direitos. Advoga a inserção da mulher na “comunidade humana”. Com o objetivo de contribuir para a história do feminismo, sua luta é a das sufragistas: os direitos políticos.⁷ O sufrágio foi a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. As sufragistas no Chile, na Argentina, no Brasil e no México defenderam seu direito à cidadania e a ampliação da esfera política no sentido de incluir mulheres numa base idêntica à dos homens. Além das idéias sufragistas, o pacifismo de Mariana Coelho está presente em todo o livro, e a guerra de 1914-1918 é lembrada constantemente. Ela analisa o crescimento do feminismo como corrente surgida pela ação desenvolvida durante a guerra e pelas transformações sociais daí advindas.

Dentre as novas correntes político-sociais que surgiram e se impuseram pela ação desenvolvida durante o período da calamidade que ensangüentou o mundo, nenhum outro igualou o triunfo alcançado pelo que se convencionou chamar feminismo.

Invenções, reforma de leis e o rápido aperfeiçoamento da aviação, enfim muitos e importantes melhoramentos sociais e científicos devem-se a essa

⁶ Mariana Coelho nasceu na Vila de Sabrosa, distrito de Vila Real, Portugal, em 1873. Em 1892, deixou para sempre a Europa, vindo a radicar-se definitivamente em Curitiba. Mesmo sendo portuguesa, é registrada, no *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*, de Américo Lopes de Oliveira e Mário Gonçalves Viana como “professora e publicista brasileira”. *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*. Porto, Lello e Irmãos Editores, 1967, p. 267.

⁷ O Brasil concedeu o direito do voto às mulheres em 1932; a Argentina, em 1947; o México, em 1953.

guerra. A maior calamidade mundial que a história registra fez mais pelo feminismo, em quatro anos, que todas as sufragistas. (P. 15)

Fundamentada em teorias do final do século, e traindo sua filiação positivista, a autora, em sua primeira frase, pergunta-se: “Por que somos feminista?” e responde: “Eis uma pergunta ingênua de que várias vezes temos sido alvo, por parte do sexo masculino. Respondemos: porque é impossível a realização do progresso sem a vitória da evolução; e o nosso fim principal é precisar e fomentar o progresso feminino.” Mariana Coelho estuda também as origens, a função do sexo nos cultos, nas religiões, a mulher nas ciências, nas artes e nas letras, salientando as manifestações e realizações das mulheres.

Porém mais do que na literatura, é no ensaio polêmico que se distingue Mariana Coelho, gênero em que as mulheres deixaram poucas páginas no século XIX. Mesmo que desde os primeiros jornais feministas — ou femininos —, como o *Jornal das Senhoras*, fundado e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha em 1852, houvesse, como disse, um programa de luta pelos direitos da mulher, a forma usada para apresentação dessas idéias é outras. O ensaio, como gênero masculino — pois expressava idéias —, era raramente usado pelas mulheres. É somente a partir do século XX que as mulheres exploram ensaios políticos e ideológicos. No século XIX, usaram de muita estratégia para, mantendo-se nas margens, expressarem publicamente por sua poesia e ficção mais do que lhes era possível ou permitido. Mariana Coelho escreve um ensaio político, deixando o registro de uma voz insurgente, coerente e organizada. Porém não mais advoga o direito à educação, lugar que a sociedade já não negava às mulheres e tópico que freqüentou quase todos os textos feministas do século XIX e princípios do XX.

Para concluir, uma certeza: apesar dos *wilsons martins*, é preciso que se faça essa revisão, esse trabalho arqueológico, esse trabalho de memória, para que os preconceitos não se eternizem. É preciso que ressuscitemos nossas escritoras e que não só as estudemos, mas que as republicemos, que as traduzamos em outras línguas, para que possam ser lidas e julgadas em comparação com os demais escritores de sua época.